



URGENTE

Congresso da APEOESP convoca assembleia para 13/12

Todos à Praça da República!

Somente com mobilização vamos conquistar nossos direitos

O XXIV Congresso Estadual da APEOESP, realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2013 em Serra Negra, com a presença de mais de 2 mil delegados e delegadas de todas as subseções, deliberou os próximos passos da nossa entidade na luta em defesa da qualidade do ensino e da valorização dos profissionais da educação. A redação final das resoluções, com a totalidade do Plano de Lutas, será apresentada na próxima reunião do Conselho Estadual de Representantes.

O Congresso votou e aprovou delibe-

rações sobre Balanço da APEOESP, Política Sindical, Política Educacional, Políticas Permanentes, alterações estatutárias e Plano de Lutas. Os delegados e delegadas também discutiram questões imediatas da categoria, como a implantação da jornada do piso, problemas relacionados ao concurso para PEB II, condições de trabalho, a situação dos professores da categoria O e outras.

Entre as principais deliberações para o período imediato, conforme consta no plano de lutas aprovado, estão:

Assembleia estadual dos professores, no dia 13 de dezembro, sexta-feira, às 14 horas, na Praça da República, tendo como principais reivindicações:

- ➔ Implantação da jornada do piso
- ➔ Reposição das perdas salariais – aumento real de salários
- ➔ Fim da contratação precária e direito ao IAMSPE para a categoria “O”
- ➔ Resolução de todas as pendências que geram distorções no concurso para PEB II
- ➔ Plano de carreira que atenda às necessidades do magistério
- ➔ Melhores condições de trabalho e redução do número de alunos por sala de aula
- ➔ Fim da violência nas escolas

Além desses pontos, o Congresso também decidiu realizar uma série de ações pela implantação da jornada do piso, incluindo:

- Prosseguir pressionando a SEE para que negocie a implantação da jornada do piso (33% para atividades extraclasse, rumo aos 50%) ainda que de forma paulatina, conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 18/2012

- Prosseguir com as ações judiciais até que haja resultados de processo de negociação com a SEE

- Pressionar o STJ e STF para que se pronunciem o mais rapidamente possível determinando a implantação da jornada do piso

- Lutar nas redes municipais de ensino pela implantação da jornada do piso

A luta salarial também prosseguirá tendo como eixos:

- Prosseguir a pressão pela reposição integral das perdas salariais, que exige um reajuste total em torno de 15% até julho de 2014, considerando o reajuste de 7% já previsto para aquele mês

- Lutar por aumento real de salário

- Política salarial única para todos os integrantes do magistério, da ativa e aposentados, inclusive para aqueles que perderam a paridade

- Piso salarial do DIEESE por 20 aulas

Da mesma forma, prosseguiremos lutando por um plano de carreira que atenda nossas necessidades:

- Por uma concepção de plano de carreira que tenha como base a lei complementar 444/85, que foi elaborada em processo que contou com a participação dos profissionais da educação e terá como pressuposto uma carreira aberta, que garanta aos professores que possam ascender aos níveis salariais mais elevados sem que tenham que abandonar o trabalho em sala de aula. Desta forma, aqueles profissionais que vierem a assumir funções de diretor de escola ou supervisor de ensino, o farão por aptidão e vontade própria e não para obter melhores salários.

Este plano terá ainda, entre outros pressupostos a redução da duração dos interstícios; aumento da porcentagem de reajuste de 5% para 10%; condições reais para a aplicação do memorial do professor, conquistado pelas entidades democraticamente em votação histórica na Comissão Paritária; garantia do tempo de serviço como critério para evolução funcional.

- Recuperação de todos os direitos e benefícios assegurados na lei complementar 444/85.

- Garantir no processo de regulamentação da lei complementar 1143/11 (em curso na Comissão Paritária), todos os avanços já conquistados, entre eles o tempo de serviço combinado com a formação continuada como critério para a evolução funcional; itinerário formativo; pontuação de projetos curriculares e outras atividades do cotidiano do integrante do magistério; pontuação da participação em conselhos da área da educação; memorial do professor como alternativa à prova de mérito para a promoção; e outros.

- Salários compatíveis com categorias de formação equivalente.

- Gratificação por Dedicção Plena e Exclusiva, com adicional salarial, a todos os professores.

- Fim da contratação precária de professores (“categoria O”).

- Lutar por planos de carreira nas redes municipais de ensino.

- Implantar comissão paritária nas unidades escolares para garantir prevenção e combate ao adoecimento profissional e garantir condições de trabalho, conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 2/2009.

- Dia Estadual de Debate sobre o Plano de Carreira, com paralisação de aulas em toda a rede estadual de ensino, promovido pela Comissão Paritária.

- Publicar caderno sobre plano de carreira: nossas concepções, reivindicações, o que já foi conquistado, o que há por conquistar.

Além desses pontos, o Plano de Lutas também prevê:

Aposentadorias

- Agilização de todos os processos de aposentadoria do magistério.

- Fim do desconto das licenças e faltas médicas do tempo exigido para a aposentadoria especial.

- Efetivar audiência pública sobre aposentadoria especial na ALESP, já aprovada na Comissão de Educação.

Saúde

- Implantação imediata de polos para a realização de perícias médicas em nas circunscrições de todas as Diretorias de Ensino, para que não sejam mais agenda-

das perícias em regiões distantes do local de residência dos professores.

- Democratização, respeito e agilidade nos atendimentos no Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME).

- Criação de uma Ouvidoria no DPME, aberta aos usuários, às entidades de classe, com autonomia em relação à estrutura de saúde do Estado, para encaminhar as principais reclamações sobre o serviço ali prestado.

- Efetivação do direito dos professores da categoria O ao atendimento pelo IAMSPE, por meio do envio do projeto de lei para votação na ALESP.

- Melhoria e maior regionalização do atendimento do IAMSPE. Saúde pública de qualidade para todos os servidores públicos, em todas as regiões do estado;

- Gestão democrática no IAMSPE, exigir que o governo estadual contribua com a cota de 2% relativa à folha de pagamento.

- Criar equipes multidisciplinares nas unidades escolares: psicopedagogos; médicos (visitas mensais); dentistas (visitas semanais) – assegurar a prevenção da saúde, inclusive odontológica da comunidade escolar, tendo em vista que muitos alunos são vítimas de adoecimento decorrente de problemas dentários.

- Extinção da lei das faltas médicas.

Concursos e direitos dos professores

- Mais vagas e mais concursos públicos na rede estadual de ensino.

- Concurso público para PEB I.

- Extensão dos direitos dos professores da categoria “F” aos professores da categoria “O” até que sejam aprovados em concurso público.

- Vale-alimentação para todos os professores, independente do número de aulas e correspondente a 20% do salário.

- Manutenção e extensão do Adicional de Local de Exercício a todas as escolas.

- Retirada imediata do prontuário, de todas as faltas referentes a greves e paralisações.

- Valorização, respeito e dignidade aos professores readaptados; aposentados e adidos.

II. Qualidade da Educação

- Implantação da jornada do piso.

- Formação continuada dos professores de acordo com a jornada do piso.

- Participação na II Conferência Nacional de Educação (CONAE) – fevereiro de 2014 – Brasília/DF.

- Lutar pela implementação dos 10% do PIB para a educação pública e por novas fontes de financiamento permanentes para a educação pública.....

- Lutar pela implementação da destinação de 75% dos royalties do petróleo e 100% do pré-sal para a educação pública.

- Implementação do Custo-Aluno-Qualidade.

- Verbas públicas somente para escolas públicas.

- Políticas de democratização nas escolas, propiciando participação ativa da comunidade no cotidiano escolar.

- Políticas para eliminar a violência nas escolas.

- Escola de tempo integral que atenda às necessidades e direitos de estudantes e professores, sem remoção ex-officio e avaliação periódica de professores.

- Por uma educação incluyente, que garanta a acessibilidade e a permanência de todos os estudantes com necessidades especiais.

- Contra toda forma de preconceito e discriminação: étnico-racial, de gênero, orientação sexual, origem, religiosa e outras.

Projeto de construção de unidades escolares que tornem a aprendizagem mais interessante para os estudantes

A configuração arquitetônica das escolas brasileiras pouco ou nada mudou desde que aqui foram instaladas as primeiras escolas regulares, ainda na época de D. João VI. O mundo mudou, as necessidades e anseios dos estudantes também, novas tecnologias e dinâmicas passaram a dominar o cotidiano das pessoas, mas a escola brasileira não acompanhou esta evolução.

Assim, é necessário um projeto arquitetônico que corresponda à realidade contemporânea, com a criação de espaços adequados à implantação de uma nova dinâmica no processo ensino-aprendizagem, vinculada ao projeto político pedagógico da escola. Por exemplo, é possível criar-se uma nova dinâmica que preveja momentos de interação entre professores e seus alunos e, também, momentos de debates e interação entre os próprios alunos, de acordo com as disciplinas e conteúdos previstos no currículo escolar.

Uma concepção arquitetônica de unidade escolar deve, assim, garantir, no mínimo:

- Quadras de esportes de qualidade.
- Salas de jogos e lazer.
- Bibliotecas.
- Laboratórios.
- Espaço cultural: sala de vídeo, espaço para apresentações teatrais, audiovisuais e outros eventos culturais.
- Espaços de convivência para a comunidade escolar.

Plano Estadual de Educação

■ Trabalhar no Fórum Estadual de Educação para que se estabeleça um processo de construção do Plano Estadual de Educação com ampla participação dos profissionais da educação, dos trabalhadores e da sociedade civil organizada.

■ Lutar por um Plano Estadual de Educação democrático e emancipador que assegure, no mínimo, 10% do PIB estadual para a educação (além dos recursos já definidos em legislação federal); gestão democrática; políticas de universalização do acesso ao ensino médio e modalidades; políticas de universalização a creches e pré-escolas; programas de qualidade do ensino; políticas de valorização dos profissionais da educação; condições de trabalho aos professores e de ensino-aprendizagem aos estudantes; e outras.

■ Erradicação do trabalho infantil e garantia de acesso e permanência na escola.

■ Redução do número de alunos na sala de aula; 25 alunos da 1º ao 4º ano do ensino fundamental; e 30 estudantes do 5º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio.

■ Fim da aprovação automática, garantindo a progressão continuada da aprendizagem do estudante;

■ Criação de uma universidade pública voltada para as licenciaturas;

■ Fim das aulas aos sábados;

■ Continuidade da luta contra a Municipalização;

■ Pelo aumento significativo do número de vagas

nas IES públicas e uma política de motivação da juventude para os cursos de formação dos educadores.

Outras ações aprovadas:

■ Realizar a IV Caravana Estadual em Defesa da Escola Pública, em março de 2014;

■ Organizar o IV Encontro Estadual dos Professores da Categoria "O";

■ Organizar encontro (webconferência) sobre a escola de tempo integral;

■ Organizar marcha em defesa qualidade da educação com o movimento estudantil, entidades da educação, CUT, sociedade civil organizada e pais;

■ A partir das pesquisas da APEOESP/Data Popular, realizar webconferências e ações regionais para discutir e propor políticas sobre a questão da violência nas escolas e qualidade da educação;

■ Reforçar a participação dos professores na luta da CNTE e CUT pela manutenção e ampliação das conquistas e na luta pela inclusão social;

■ Cobrar do governo a formação dos professores para aplicação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, conforme garante a Lei nº 10.639/03;

■ Promover um "Dia de Balanço do Desempenho do Governo do Estado de São Paulo", com o objetivo de cobrar a qualidade dos serviços públicos;

■ Realizar a IV Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP, articulada com a ALESP;

■ Continuar o processo de implantação de bibliotecas nas subsedes;

■ Realizar novos debates, atividades e cursos de formação vinculados à biblioteca da APEOESP;

■ Promover atividades regionais e centralizadas de discussão da questão da violência nas escolas;

■ Realizar webconferência sobre educação em tempo integral.

■ Promover um dia estadual de discussão sobre a causa palestina nas escolas da rede estadual de ensino.

■ Ampla campanha contra a violência sofrida pelas mulheres.

■ Ampla campanha contra o Estatuto do nascituro.